

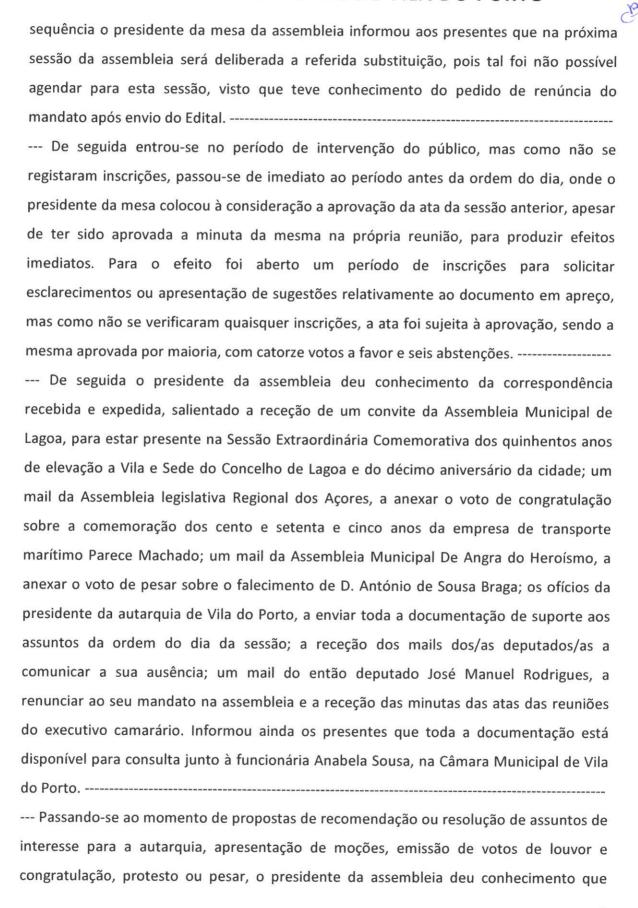
8

-- ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA TRINTA DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. -------- Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 4ª sessão ordinária de 28/12/2021, no âmbito da Lei dos Compromissos; ------2. Conselho Municipal da Juventude – Substituição da Mafalda Pais, -----3. Imposto Municipal sobre Imóveis - Proposta de fixação de majorante do ano de 2022, para prédios urbanos em estado devoluto ou em ruínas; -----4. Projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo; -----5. Proposta do Mapa de Pessoal do Município de Vila do Porto para ano no 2023; ------6. Aprovação das tabelas de taxas e licenças e tabela de tarifas do Município de Vila do Porto; -----7. Apoios destinados a mitigar os efeitos da doença pandémica Covid-19 – proposta de revogação; -----8. Aprovação da proposta de autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho; -----9. Proposta de redução da taxa de Imposto Municipal para Imóveis para agregados familiares residentes no município de Vila do Porto; -----10. Orçamento e Grandes opções do plano e atividades mais relevantes do município de Vila do Porto para o ano financeiro de 2023; -----



--- O presidente da mesa da assembleia deu inicio à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeiro secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD), José de Andrade Melo (PS), Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD), Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), Ricardo Filipe Santos Melo (em substituição definitiva do deputado José Manuel da Rosa Rodrigues (PS), que solicitou a sua renúncia de mandato); Florbela Varandas Cunha (PPD/PSD) (em substituição do deputado Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Jaime Braga Bairos (PS), Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (PPD/PSD), Cristina Elisabete Batista Bairos Gonçalves, Helena Maria Correia Teixeira Ferreira (PPD/PSD), Filipe dos Santos Sousa Teves (PS), António Manuel Soares Sousa (PPD/PSD) (em substituição do deputado Armando de Melo Soares (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), José Manuel Pereira Torres de Medeiros Chaves (PS), João Filipe Lourenço da Silva (PPD/PSD), Flávio José Freitas Resendes (PS), António Isidro Braga Sousa (PS), António Jorge Cabral Monteiro (PS) e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. Não este presente o deputado Eduardo Manuel Pereira Cambraia (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência, bem como a impossibilidade de ser substituído e cuja falta se encontra devidamente justificada. -------- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o presidente da mesa declarou aberta a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e dois, publicitada por edital de vinte e dois do corrente do corrente ano. --------- De seguida procedeu-se à tomada de posse do deputado Ricardo Filipe Santos Melo (PS), com a confirmação da respetiva identidade, pois será deputado efetivo, tendo em conta a aceitação do pedido renúncia do deputado José Manuel da Rosa Rodrigues (PS). ----- Antes de entrar no período de intervenção do público, o primeiro secretário leu uma comunicação do senhor José Manuel Rodrigues, a solicitar o seu período de renúncia e respetiva substituição nas comissões para as quais tinha sido eleito/indicado pela assembleia e a desejar votos de bom trabalho e de boas festas a todos os presentes. Em







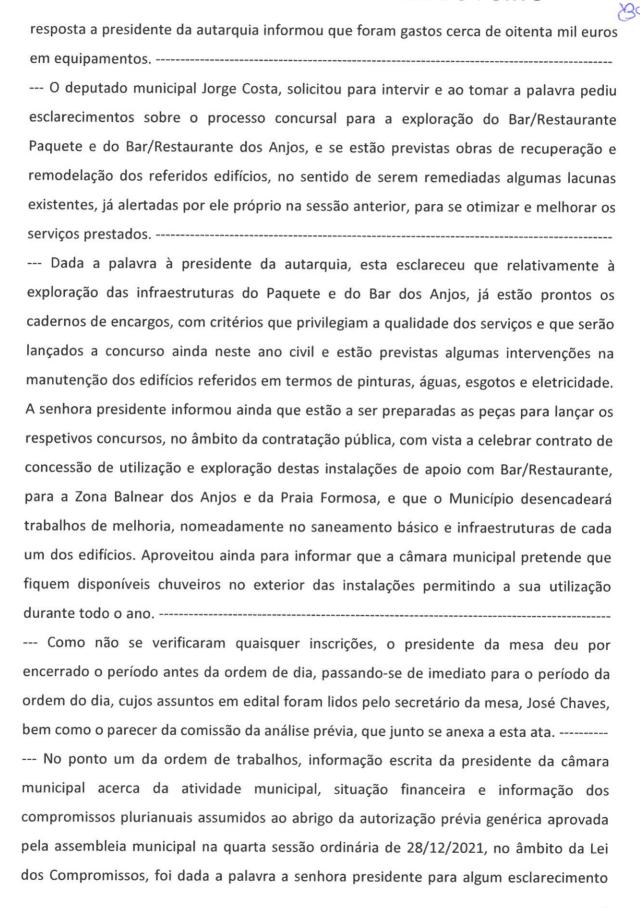
Borner

tinha chegado à mesa um voto de congratulação pelos noventa e cinco anos do Farol Gonçalo Velho, apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista, ao que foi solicitado ao referido grupo a apresentação do voto supramencionado. --------- Tomou a palavra o deputado José de Melo para a apresentação do mencionado voto, após a qual, foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi o voto sujeito à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. --------- Passando-se ao momento de tratamento de assuntos de interesse autárquico, inscreveram-se para intervir os/as deputados/as José de Melo, Aida Amaral e Jaime ---- Dada a palavra ao deputado José de Melo, este começou por enaltecer a deliberação do executivo camarário na aprovação dos processos da classificação do Forte de São João Baptista, na Praia Formosa, e da Fábrica da Baleia, localizada no lugar do Castelo, na Maia, como Imóveis de Interesse Municipal, pois era um almejo de longa data, tendo em consideração que o mesmo já tinha sido apresentado no anterior mandato pelo grupo municipal do Partido Socialista e aprovado em assembleia municipal, mas que não se tinha dado a respetiva relevância e enquadramento para possibilitar a recuperação desses imóveis e questionou quais as expetativas dessa recuperação; enalteceu o lançamento da campanha de esterilização de animais de família, cumprindo-se assim as obrigações legais nessa matéria para permitir o controlo populacional dos animais errantes e o registo e legalização dos mesmos; relevou as atividades desenvolvidas na sala do Cinema do Aeroporto, como desiderato de potenciar as suas valências, dando como exemplo a realização nessa sala do congresso do turismo; elogiou a autarquia pela organização do Trade Show, aquando da receção dos participantes do congresso do turismo em Santa Maria, pois tal possibilitou a mostra de serviços e produtos de empresários marienses; enalteceu a intervenção da presidente da autarquia no referido congresso, pois proferiu uma comunicação na defesa de melhor e mais atenção do Governo regional dos Açores, para com a ilha de Santa Maria, no setor turístico, enfocando as lacunas e descriminações, quanto às acessibilidades, o fim dos transporte marítimos de passageiros e viaturas, o fim dos reencaminhamentos aéreos e a lotação reiterada dos voos da SATA, mas lamentou não se ter proporcionado, nesse colóquio, um



momento de debate e reflexão sobre o turismo em Santa Maria em particular e por fim exaltou a forma organizada e discreta como os funcionários da autarquia colocaram a iluminação de Natal no jardim municipal e na rua principal de Vila do Porto bem como o programa de eventos organizados pela autarquia, a decorrer na quadra natalícia. -------- Foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia que informou que o governo regional já procedeu à desafetação do Forte de S. João Batista, para domínio público marítimo, e referiu que na qualidade de presidente da autarquia irá utilizar todas as ferramentas possíveis para promover e defender Santa Maria, e que no calendário de eventos para a quadra natalícia e final do ano, só não estão agendadas atividades no primeiro fim de semana de dezembro, para estas não colidirem com a organização da Feira do Mar, que irá decorrer, em Santa Maria, nesse fim de semana.-------- Foi dada a palavra à deputada municipal Aida Amaral que ressalvou a organização do congresso do turismo em Santa Maria e opinou que este ano tinha sido o melhor ano dos últimos vinte anos, a nível turístico, apesar de tal efeito não ter sido notado no alojamento local. Ressalvou que houve uma grande viragem a nível turístico e que foi um verão produtivo para hotéis e restaurantes e por fim questionou a presidente da autarquia em que medidas é que a câmara irá apoiar o evento Show Mar que iá decorrer em Santa Maria. -------- Ao tomar a palavra, a presidente da autarquia esclareceu que inicialmente foi contatada pela Direção Regional das Pescas, para coorganizar o referido evento, a decorrer no jardim municipal e na biblioteca municipal, no entanto, como a autarquia já tinha assumido compromissos e a biblioteca não estaria disponível para a data proposta, foi sugerido à Direção Regional das Pescas para organizar o evento na INCUBA, com as palestras a decorrer no Cinema do Aeroporto, rentabilizando-se também as valências daquelas duas infraestruturas, ficando a autarquia com a responsabilidade da montagem do palco, do empréstimo de som e de mais algum apoio logístico. -------- De seguida foi dada a palavra ao deputado Jaime Bairos que se congratulou com a reabertura da piscina municipal ao público e enalteceu o executivo camarário no cumprimento desse desiderato e questionou qual tinha sido o investimento da autarquia na reparação ou aquisição de novos equipamentos para que tal fosse possível. Em







adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. --------- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, mas não se verificaram quaisquer inscrições. -------- No segundo ponto da ordem de trabalhos, Conselho Municipal da Juventude -Substituição da Mafalda Pais, o presidente da mesa colocou a consideração dos presentes a proposta da substituição da ex deputada municipal Mafalda Pais pela atual deputada municipal Cristina Gonçalves. De seguida foi aberto um período de inscrições para sugestões ou pedido de esclarecimento, mas como não se verificaram inscrições, a proposta foi colocada à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. --------- No terceiro ponto da ordem de trabalhos, Imposto Municipal sobre Imóveis — Proposta de fixação de majorante do ano de dois mil e vinte e dois, para prédios urbanos em estado devoluto ou em ruínas foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. Aberto um período de inscrições para sugestões os pedidos de esclarecimento, inscreveu-se o deputado José de Melo, que ao tomar a palavra questionou sobre que medidas é que foram tomadas relativamente a uma da casa da zona histórica da vila que apresenta um estado de degradação considerável e está a afetar significativamente as casas contíguas e quais as ferramentas é que a autarquia dispõe para imputar responsabilidades ao proprietário do edifício. --------- Foi dada palavra à presidente da autarquia que esclareceu que já no executivo anterior o proprietário tinha sido alertado e notificado para a situação e que já no decurso deste mandato foi reiterada essa notificação, mas que por motivos de doença do proprietário este tem dificuldades em resolver a situação e nesse sentido foi desenvolvido um processo interno que decorrerá conforme os trâmites legais. -------- Pediu para intervir o deputado municipal Carlos Rodrigues, que após tomar a palavra alertou para o facto de o proprietário do edifício ter um representante legal em Santa Maria, que foi atempadamente e devidamente informado e, que como já tinha sido referido, o anterior executivo desencadeou os procedimentos para ser regularizada toda 



Banez.

--- Como não se verificaram mais inscrições, a aludida proposta foi colocada à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. -------- Passou-se ao quarto ponto da ordem de trabalhos, Projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia para prestar algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta delegou no vice-presidente os respetivos esclarecimentos e este, ao tomar a palavra, enquadrou a necessidade da alteração ao regulamento existente sobre a matéria e esclareceu ponto a ponto as alterações introduzidas tendo por objetivo clarificar e uniformizar os critérios de apoio a atribuir pela autarquia. --------- Foi aberto um período de inscrições para sugestões ou pedidos de esclarecimento, no qual se inscreveram ao/as deputados/as Helena Ferreira e José de Melo. Dada a palavra à deputada municipal Helena Ferreira esta questionou que, tendo em consideração que a autarquia teve o cuidado de pedir o parecer a diversas instituições locais, quais os contributos dados pelas instituições consultadas e por que razão é que no desporto automóvel está discriminado o Rallye de Santa Maria. Questionou ainda se os apoios a atribuir serão numa só fase, após a análise dos relatórios enviados ou serão por tranches; se o apoio previsto ao diretor técnico associativo bem como a respetiva majoração depende do grau do técnico e qual a vigência do documento e por fim alertou para a situação do núcleo das escolinhas do desporto, pois o número de crianças envolvidas, bem como a calendarização das atividades, depende muito dos horários escolares. --------- Ao tomar a palavra o vice-presidente esclareceu que das cinquenta e quatro instituições consultadas responderam quinze instituições, com apresentação de sugestões e pedidos de esclarecimentos sobre algumas matérias e, a todas essas quinze instituições, foi dado resposta por parte da autarquia; que a situação da discriminação do Rallye de Santa Maria já tinha sido revista e corrigida; que o pagamento será por tranches; que a majoração depende do grau do técnico; que o documento terá a vigência enquanto se considerar ajustado, mas que será alvo de revisão sempre que se considere necessário e que no que concerne às escolinhas do desporto há que ponderar o bom senso, pois existe cabal conhecimento dos constrangimentos apontados. -----------







--- Dada a palavra ao deputado José de Melo, este enalteceu o esforço despendido na elaboração de um documento deste natureza e tão abrangente (desporto, cultura, juventude, festividades e até projetos de caris pontual e/ou individual), e ressalvou a auscultação alargada à sociedade civil, nomeadamente às associações e potencias beneficiários dos apoios, para recolha de contributos, visando o máximo consenso e disse ainda que será normal a introdução posterior de pequenas alterações, perante situações que se justifiquem, aquando da sua aplicação. Como não se verificaram mais inscrições, a proposta apresentada foi colocada à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. ---- No quinto ponto da ordem de trabalhos, proposta do Mapa de Pessoal do Município de Vila do Porto para ano no dois mil e vinte e três, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta esclareceu os presentes sobre as alterações no quadro de pessoal decorrentes dos concursos de admissão de funcionários que decorreram ao longo do ano de dois mil e vinte e dois. Foi aberto um período de inscrições para sugestões ou pedidos de esclarecimento, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a proposta foi colocada à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. -------- Passou-se ao sexto ponto da ordem de trabalhos, aprovação das tabelas de taxas e licenças e tabela de tarifas do município de Vila do Porto, onde foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha mais nada a acrescentar, pois a proposta apresentada não altera os valores anteriores, com exceção da atualização imposta pela variação da taxa de inflação. Foi aberto um período de inscrições para sugestões ou pedidos de esclarecimento, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a proposta foi colocada à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. --- No ponto sete da ordem de trabalhos, apoios destinados a mitigar os efeitos da doença pandémica Covid-19 – proposta de revogação, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta clarificou quais os apoios e medidas que seriam alvo de revogação em função da evolução da situação pandémica, seriam a disponibilização de testes



rápidos a empresas sedeadas no concelho, a instalação de equipamentos infraestruturas de apoio ao posto de vacinação no quartel dos Bombeiros Voluntários e a disponibilização do apoio psicológico aos munícipes durante os períodos de tratamento de Covid-19 ou em período de isolamento profilático. Foi aberto um período de inscrições para sugestões ou pedidos de esclarecimento, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a proposta foi colocada à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. --- No ponto oito da ordem de trabalhos, aprovação da proposta de autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, foi dada a palavra a senhora presidente para prestar algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que tal decorria da lei e como tal não tinha mais nada a acrescentar. Foi aberto um período de inscrições para sugestões ou pedidos de esclarecimento, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a proposta foi colocada à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. ------------------------- Passou-se de imediato ao ponto nove da ordem de trabalhos, proposta de redução da taxa do Imposto Municipal de Imóveis para agregados familiares residentes no município de Vila do Porto, no qual foi dada a palavra a senhora presidente para prestar algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que a proposta apresentada não altera os valores anteriores. Foi aberto um período de inscrições para sugestões ou pedidos de esclarecimento, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a proposta foi colocada à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. --------- No ponto dez da ordem de trabalhos, orçamento e grandes opções do plano e atividades mais relevantes do município de Vila do Porto, para o ano financeiro de dois mil e vinte e três, foi dada a palavra à presidente da autarquia que clarificou as opções

tomadas em reunião de câmara salientando que a proposta apresentada foi aprovada por

unanimidade pelos vereadores do executivo autárquico. Foi aberto um período de

inscrições para sugestões ou pedidos de esclarecimento, no qual se inscreveram os/as

deputados/as Carmélia Melo, José de Melo e Carlos Rodrigues. -------------------







--- Dada a palavra à deputada Carmélia Melo esta questionou a presidente da autarquia se os valores destinados às delegações de competências para as juntas de freguesia previam a sua atualização em função da inflação e apresentou a sua discordância relativamente aos valores atribuídos à freguesia de Almagreira. --------- Ao tomar a palavra a presidente da autarquia esclareceu que tinha havido uma reunião com os presidentes de junta das diferentes freguesias e que após alguns acertos, a única freguesia que tinha apresentado um decréscimo dos valores atribuídos, em comparação com os anos transatos, era a freguesia de Vila do Porto. Referiu ainda que entende que devem ser considerados outros critérios, para a atribuição das respetivas comparticipações financeiras, para além da população residente em cada freguesia, por forma a haver mais justiça entre todos, pois para o apuramento do valor a contratualizar com cada junta de freguesia, nesses contratos administrativos a serem celebrados, devese também ter em conta a extensão dos caminhos, a tipologia e característica dos acessos e outros fatores considerados pertinentes por cada junta de freguesia. ----------- Foi dada de seguida a palavra ao deputado José de Melo que aludiu que não obstante a herança de algumas despesas já comprometidas anteriormente, nomeadamente com a casa de velório, ciclovia, praça do município e juros da dívida, e que transitaram para o atual executivo camarário, causando constrangimentos a um investimento mais avultado, o orçamento apresentado supera os dez milhões de euros, sendo um documento de vanguarda, equilibrado, maduro, responsável e estratégico nas prioridades e abrangência de ações, projetos e apoios direcionados às necessidades mais prementes de Santa Maria e dos marienses, pois prioriza a área social, tenta dar resposta aos arranjos e segurança nos caminhos com uma verba prevista de quatrocentos mil euros, uma aposta clara na melhoria da gestão da água, gestão de resíduos e proteção de recursos hídricos, uma atenção particular na delegação de competência nas juntas de freguesia, na conservação e recuperação do património municipal, na concretização efetiva de revisão do processo do PDM, que já apresenta alguns anos de atraso e poderá comprometer as candidaturas aos fundos comunitários. Por fim fez a comparação entre as receitas correntes e as receitas de capital e entre as despesas correntes e as despesas de capital argumentando



que as despesas correntes têm um peso significativo no total dos custos, particularmente
as despesas com o pessoal
Dada a palavra ao deputado Carlos Rodrigues este enfatizou que dos dez milhões
referidos, quatro milhões são do Plano de Recuperação e Resiliência, logo o orçamento
apresentado está aquém das expetativas e ressalvou que havia verba cabimentada para
suportar as despesas assumidas no anterior mandato e que transitaram para o atual
mandato, por isso justificar a falta de investimento, que se denota claramente no
orçamento apresentado, com o argumento da herança anterior não convence ninguém e,
como tal, o grupo municipal irá abster-se aquando da votação dos documentos em
apreço
Como não se verificaram mais inscrições, a proposta foi colocada à votação sendo
aprovada por maioria com oito abstenções, do grupo municipal do Partido Social
Democrata e com onze votos a favor, do grupo municipal do Partido Socialista
Antes de dada por encerrada a sessão o presidente da assembleia agradeceu aos
funcionários/as da autarquia pela disponibilidade e empenho na organização logística da
sala
APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º
da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por
unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos
Eram treze horas quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão
Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Torres
Medeiros de Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma
discutida pelos intervenientes foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim e
pelos membros da mesa de assembleia
Hack Selfo
for that Fere To do truck the
Chishium Bowns Comealus